

A. I. N°. - 947035230/08
AUTUADO - PRM COMERCIAL DE GÁS LTDA.
AUTUANTE - NORMANDO COSTA CORREIA
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 30. 04. 2009

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0081-01/09

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. VENDAS A CONSUMIDOR FINAL. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA DURANTE VISITA FISCAL. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 14/05/2008, apresenta como infração a realização de operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente, sendo aplicada a penalidade fixa de R\$ 690,00. Constam às fls. 02 e 04 um documento extra fiscal e um Termo de Visita Fiscal.

O autuado apresentou impugnação à fl. 12, alegando que já adotara todas as providências no sentido de atender a solicitação quanto ao uso do ECF (equipamento emissor de cupom fiscal), esclarecendo que no momento da visita fiscal se encontrava sem funcionamento devido a problemas técnicos, assegurando que até o dia 10/06/2008 estaria em pleno funcionamento.

No que se refere à ausência de talonários de notas fiscais de venda a consumidor, que também ocorrera naquele momento, salienta que tendo em vista que a Cidade de Ibiquera é carente de profissionais da área contábil, os serviços são efetuados por uma empresa sediada em Itaberaba; acrescenta que sendo a feira de sua cidade realizada aos sábados e que o pagamento dos impostos vence no dia 15 de cada mês e como o dia 14/05/2008 foi uma quarta-feira, o talonário de notas fiscais se encontrava no escritório de contabilidade, para que fossem cumpridas as obrigações fiscais.

Afirma que por não ter causado nenhum prejuízo à Fazenda Pública e tendo em vista que dispõe de poucos recursos, espera que seja dispensado de pagamento da penalidade aplicada.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 27, esclarecendo que as circunstâncias materiais que envolveram o ilícito fiscal estão descritos no Termo de Visita Fiscal, que dá suporte ao Auto de Infração.

Mantém a autuação, tendo em vista que fora detectado que o contribuinte utilizava emissor de cupom fiscal em desacordo com a legislação.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para aplicar a penalidade fixa de R\$ 690,00, por falta de emissão de nota fiscal de venda a consumidor ou de cupom fiscal, constatada através do roteiro de Auditoria de Caixa.

Constato que o autuado limitou-se a justificar a falta de emissão de documentos fiscais, afirmando que estava providenciando a regularização do equipamento emissor de cupons fiscais e que o talonário de notas fiscais de venda a consumidor se encontrava no escritório de contabilidade, localizado em outro município. Constato que o Termo de Visita Fiscal e o documento extra fiscal denominado “orçamento” comprovam de maneira insofismável que o

contribuinte incorreu na infração que lhe foi atribuída.

O art. 42, inciso XIV-A, alínea “a” da Lei nº 7014/96, prevê multa no valor de R\$ 690,00 aos estabelecimentos comerciais que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

Deste modo, restando provado, através da documentação acostada aos autos, que a prática do ilícito fiscal não foi elidida pelo sujeito passivo, deixo de acatar as alegações apresentadas.

Voto pela procedência do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **947035230/08**, lavrado contra **PRM COMERCIAL DE GÁS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, alínea “a” da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02, com os acréscimos moratórios na forma prevista pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de abril de 2009.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR